

HABEAS CORPUS Nº 548.987 - RS (2019/0358561-2)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : PEDRO FRANCISCO FERNANDES POMNITZ E OUTRO
ADVOGADOS : DIOGO JARDEL BOFF - RS075765
PEDRO FRANCISCO FERNANDES POMNITZ - RS0095700
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : BRUNO SOARES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Bruno Soares da Silva** – condenado pela prática dos delitos de tráfico de drogas, receptação e porte irregular de arma de fogo de uso permitido e munição, às penas de 6 anos e 1 mês de reclusão, em regime inicial fechado, e 1 ano de detenção –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que deu parcial provimento ao recurso ali interposto, apenas para reajustar a pena referente ao delito de tráfico de drogas, na sentença exarada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Caxias do Sul/RS (Autos n. 0016065-54.2018.8.21.0010).

Alega-se, em síntese, constrangimento ilegal consistente em nulidade em decorrência da impossibilidade de acesso aos depoimentos das testemunhas, bem como na não aplicação da minorante relativa ao tráfico privilegiado em relação ao delito de tráfico de drogas.

Postula-se, ao final, a concessão liminar da ordem para que sejam declarados nulos os atos processuais ocorridos após a audiência realizada no dia 23/8/2019, ou, subsidiariamente, a concessão da minorante relativa ao tráfico privilegiado.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Superior Tribunal de Justiça

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável o acolhimento da pretensão, porquanto a pretensão se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da sua apreciação e do seu julgamento definitivo, razão pela qual não vislumbro o *fumus boni iuris* necessário à concessão da tutela de urgência.

Com essas considerações, não tendo como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Instruídos os autos, encaminhem-se ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator